

ENCONTROS COM A SOCIOLOGIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS: momentos de uma trajetória

ENCOUNTERS WITH SOCIOLOGY AND RURAL SOCIAL MOVEMENTS: moments in a journey

Leonilde Servolo de MEDEIROS¹

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Resumo: O texto, partindo de uma trajetória pessoal, aborda alguns dos momentos da construção de uma reflexão multifacetada sobre diferentes dimensões do estudo sobre os movimentos sociais rurais, a formação de redes de pesquisadores que, em sua diversidade teórica, avançaram na reflexão sobre o lugar desses movimentos em nossa história e com eles produziram intercâmbios diversos, transformando os pesquisadores, de alguma maneira, em intelectuais públicos.

Palavras-chave: Movimentos sociais rurais. Trajetória acadêmica. Sociologia dos movimentos sociais.

Abstract: The paper, based on a personal trajectory, addresses some moments of the construction of a multifaceted reflection on different dimensions of the study of rural social movements, the formation of networks of researchers who, in their theoretical diversity, advanced in the reflection on the place of these movements in our history and with them produced manifold exchanges, transforming researchers, in some way, into public intellectuals.

Keywords: Rural social movements. Academic trajectory. Social movements sociology

¹ Professora permanente do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência em Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo. Pesquisadora do CNPq. Para a construção deste texto, lancei mão das reflexões feitas no meu memorial para professora titular (Medeiros, 2023) – E-mail: leonildemedeiros@gmail.com – Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5030-8044>.

Introdução

É desafiador falar de uma trajetória pessoal, das escolhas e dos encontros e desencontros na vida de uma pesquisadora, sem cair na tentação da ilusão biográfica, de que nos fala Bourdieu (1998). Mais desafiador ainda é fazer cruzamentos dessas reflexões com um campo de pesquisa que vem crescendo e se diversificando: o dos estudos rurais, mais especificamente, o dos movimentos sociais no campo. Neste texto procuro enfatizar alguns dos temas da questão agrária com que venho trabalhando desde minha graduação, procurando cruzar meu percurso com reflexões que se tornaram relevantes ao longo destes anos e com conjunturas específicas que as produziram. Para tanto utilizo-me da bibliografia disponível, de registros documentais e de minhas próprias anotações de pesquisa e de participação em seminários².

Elegendo esses temas, procuro fazer um diálogo com a trajetória acadêmica da professora Ana Maria Motta Ribeiro, que se entrecruzou com a minha em diversos momentos desde que nos conhecemos quando cheguei ao Rio de Janeiro, em 1979. Como será explicitado ao longo do texto, trata-se da construção de uma parceria que passou pela orientação da sua dissertação de mestrado e tese de doutorado, participação em debates com organizações sindicais, trabalhos de pesquisa conjuntos, bancas. Nesses anos, sempre acompanhei, algumas vezes de forma bem próxima, outras mais distante, os caminhos sempre inovadores e problematizadores das análises correntes sobre o nosso mundo rural percorridos por Ana Motta, como é conhecida. De certa forma, colaboramos, de forma direta e indireta, para a construção da reflexão sobre os movimentos sociais no Brasil sob diferentes ângulos.

1. Primeiros contatos com o tema dos movimentos sociais

Meu primeiro contato com o tema dos movimentos sociais deu-se quando iniciei a graduação em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo, no emblemático ano de 1968, marcado pelas mobilizações estudantis e que tinham como um dos polos a Faculdade de

² Esse texto resulta da exposição que fiz, a convite da professora Ana Maria Motta Ribeiro, na disciplina “A crise das crises da sociologia ocidental”, ministrada na Universidade Federal Fluminense (UFF). No convite, Ana solicitou que eu falasse sobre minha trajetória e meu encontro com os movimentos sociais no campo. Agradeço o convite para essa aventura que, de alguma forma, abrange também esforços de compreensão sobre a questão agrária brasileira desenvolvidos em diversos âmbitos em que nossos caminhos se cruzaram: cursos de pós-graduação, redes de pesquisadores, associações científicas, trabalhos de apoio a entidades sindicais, diálogos com movimentos sociais e organizações não-governamentais.

Filosofia, Ciências e Letras, então localizada na rua Maria Antônia, próxima ao centro da cidade. Ao longo daquele ano, houve algumas paralisações de aulas e ocupações da Faculdade por estudantes. Nesses momentos, alguns professores, para manter a ocupação, faziam atividades para atrair os alunos. Uma delas foi uma série de palestras sobre messianismo no Brasil, oferecidas pela professora Maria Isaura Pereira de Queiroz, que há pouco tempo havia publicado um livro sobre o tema (Queiroz, 1965). Eu, de origem urbana periférica, recém-chegada à Universidade, leitora voraz de Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, José Lins do Rego entre outros, fui atraída pelo assunto e fiquei encantada com as questões que emergiam. Desde então, as questões ligadas ao “rural” não me abandonaram³. Na graduação, inspirada pela experiência inicial, fiz duas disciplinas optativas de *Sociologia Rural* com Maria Isaura. Foi quando tive meu primeiro contato com as atividades envolvidas em uma pesquisa de campo⁴.

Mas havia outros temas de interesse para mim, relacionados à questão do desenvolvimento, tema central dos debates na Universidade (e fora dela), nos anos 1960 e 1970: quais as possibilidades do desenvolvimento? Desenvolvimento dependente ou autônomo? Desenvolvimento capitalista ou socialismo? Eu transitava por essas discussões e tinha interesse em aprofundar os conhecimentos numa perspectiva marxista, o que pude fazer em especial no curso de *Sociologia do Desenvolvimento*, ministrado por Luiz Pereira e em *Teoria Política*, ministrado por Francisco Weffort e Lucio Kowarick. Era um momento em que pouco se lia diretamente Marx na universidade. O marxismo nos chegava principalmente por meio dos debates sobre o estruturalismo marxista francês, em especial Althusser e Poulantzas e pelas primeiras traduções de partes da obra de Antonio Gramsci.

Um evento foi crucial para mim nesse percurso: em 1971, ainda estudante de graduação, fui a um congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Curitiba. Essa entidade, entre outros temas, congregava debates contemporâneos no campo das Ciências Sociais e era um espaço singular de crítica à ditadura. No evento, assisti a uma palestra de José de Souza Martins, que tinha recém se doutorado e fora meu professor de *Teoria Sociológica* no

³ Uso aspas para me referir ao rural porque ao longo das pesquisas que fiz e dos debates de que participei foram múltiplos os sentidos do rural e, cada vez mais objeto de reflexão, as fronteiras entre rural e urbano.

⁴ Maria Isaura Pereira de Queiroz, por meio do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (Ceru), que ela coordenava, mantinha convênios com agências estatais como o Serviço do Vale do Paraíba e Serviço do Vale do Ribeira o que permitia a realização de pesquisas de campo dos estudantes. No primeiro semestre nos preparávamos, com discussões teóricas e construção do projeto. Nas férias de julho, íamos a campo, sob a supervisão de mestrands e doutorandos, e, no segundo semestre, trabalhávamos com o material obtido por meio de aplicação de questionários e entrevistas. Eram turmas relativamente pequenas, com dez, doze pessoas.

ano em que ingressei na FFCL/USP. O tema era a fronteira pensada do ponto de vista da lógica da expansão capitalista e não tive dúvidas de que era a abordagem que ele propunha que eu pretendia seguir, cruzando questões relacionadas ao desenvolvimento capitalista e o “rural”. Fiz seleção para o mestrado com José de Souza Martins, que recém se credenciara como professor na pós-graduação, e comecei a estudar a questão agrária sob uma perspectiva bastante distinta, teoricamente, da que Maria Isaura Pereira de Queiroz desenvolvia. Acabei não concluindo o mestrado com Martins, mas sim na Ciência Política, sob orientação de Braz José de Araújo, com uma dissertação sobre o debate sobre a reforma agrária no Brasil no período que antecedeu o golpe empresarial militar de 1964 (Medeiros, 1983).

Ainda mestranda, fui convidada para participar de uma pesquisa intitulada *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*, coordenada por José Graziano da Silva, que recém havia concluído seu mestrado na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP). O convite partiu de Maria Helena Antunias, colega de graduação, que já então integrava o Departamento de Economia Rural da Faculdade de Ciências Agronômicas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FCA/Unesp), campus de Botucatu, onde também estava Graziano⁵. A proposta da pesquisa era entender quem produzia o que no campo, por estratos de área e com base em dados cadastrais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e fora uma solicitação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), entidade cuja existência até então eu desconhecia. Esse estudo me introduziu no uso de dados quantitativos, mas principalmente me deu uma noção da diversidade e complexidade da produção agropecuária no Brasil⁶. Os resultados indicavam que as pequenas unidades de produção não eram voltadas somente à reprodução das famílias agricultoras, mas também para mercados diversificados. Naquele momento predominavam no debate termos como “agricultura de subsistência”, “produtores de baixa renda”, que indicavam um determinado modo de ler a presença dos “pequenos produtores”, como a Contag os chamava. Para além dos debates econômicos e sociológicos gerados a respeito desse segmento, havia um tema subjacente, de cuja importância eu daria conta só muito mais tarde: o

⁵ Nesse momento a pós-graduação estava começando a se consolidar no Brasil, os tempos de conclusão eram mais flexíveis e longos, o sistema de bolsas de estudo começava a se implantar e havia muitas oportunidades de trabalho para mestrands, tanto em pesquisas quanto nos degraus iniciais do ensino superior.

⁶ Fizemos um estudo para cada estado do país e um volume síntese que logo foi publicado (Graziano da Silva, 1978) e que teve uma segunda edição em 1980.

pioneirismo da Contag em buscar compreender qual era o papel da então chamada “pequena produção”, principalmente no fornecimento de alimentos para o mercado interno.

Acabei me fixando profissionalmente na FCA/Unesp, campus de Botucatu, após ser aprovada em concurso público, em 1977. Lá se fazia regularmente, uma vez ao ano, as *Reuniões de mão de obra volante*, encontros de caráter acadêmico destinados a discutir o fenômeno emergente da proletarização rural. Mas deles participavam, além de pesquisadores, promotores públicos, lideranças sindicais e assessores educacionais e jurídicos de algumas federações de trabalhadores. Foi nesses espaços que tive meus primeiros contatos com dirigentes da Contag, da Federação de Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ) e de outros estados e com alguns assessores sindicais, muitos dos quais eram mestrands, doutorandos e professores do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN/UFRJ). Era um grupo que girava em torno da figura de Moacir Palmeira: Afrânio Garcia Jr., Lygia Sigaud, entre outros. Essa dinâmica de debate mostrava os possíveis cruzamentos entre o conhecimento produzido nos espaços acadêmicos, as análises trazidas pelas organizações de trabalhadores e as contribuições geradas pelas assessorias.

2. Produção de conhecimento sobre movimentos sociais num contexto de emergência de lutas coletivas

Envolvida nesses debates e ligada a um grupo de discussão sobre questão agrária, sediado na Unicamp, recebi um convite para vir para o Rio de Janeiro para trabalhar no então Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA) que tinha sido criado em 1976 na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Este Centro, resultado de um convênio entre a Escola Interamericana de Administração Pública (Eiap) da FGV e o Ministério da Agricultura, tinha por objetivo qualificar técnicos do setor agrícola, especialmente das chamadas Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola. Grande parte dos estudantes vinham dessas instituições, a maioria agrônomos ou economistas. Mas havia também alguns professores universitários em começo de carreira e estudantes recém-graduados. Fui convidada num momento em que o curso reestruturava seu projeto acadêmico, buscando ampliar a inserção das Ciências Sociais nas suas reflexões e, com isso, adquirir um perfil menos econômico e mais multidisciplinar.

ENCONTROS COM A SOCIOLOGIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS

Quando cheguei ao CPDA, no início de 1979, começava a quarta turma do mestrado, da qual Ana Motta, já então professora da Universidade Federal Fluminense (UFF), fazia parte. Trazia comigo novas questões relacionadas às minhas experiências em Botucatu em especial as pertinentes aos conflitos no campo, ao sindicalismo rural e a temas desenvolvidos na minha dissertação de mestrado, ainda em curso, que envolvia um amplo estudo sobre os debates em torno da reforma agrária no período que antecedeu o golpe de 1964 e que implicou em estudar as demandas dos movimentos sociais rurais, das organizações patronais rurais e industriais a respeito, debates no Congresso Nacional sobre o tema (Medeiros, 1983). Além da responsabilidade sobre uma disciplina nova no CPDA (*Organização Social no Campo*), que discutia tanto teórica quanto empiricamente, com a bibliografia então disponível, os conflitos no campo e as categorias em jogo na sua análise e que atraiu muitos alunos (entre eles, Ana Motta), também fui instada a secretariar um projeto que estava começando a ser implantado, o *Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura* (Pipsa).

Estávamos, naquele momento, dando os primeiros passos para a redemocratização do país num contexto paradoxal do ponto de vista acadêmico. Em que pese a repressão e as aposentadorias compulsórias no final dos anos 1960, no contexto de edição do Ato Institucional 5, que afetaram pesquisadores de ponta de todo o país, mas em especial da USP, a academia brasileira havia crescido e os cursos de pós-graduação estavam se multiplicando, inclusive nos diferentes ramos das ciências humanas. No entanto, a pesquisa que era feita nas pós-graduações nos diferentes lugares era pouco conhecida e reconhecida. Em 1977, com a criação da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais (Anpocs), deu-se um passo importante para a circulação das reflexões sobre as ciências sociais no Brasil. No que diz respeito aos estudos rurais, o Pipsa representou uma grande novidade e um extraordinário avanço. A Fundação Ford teve um papel central, financiando, por meio de um convênio com o CPDA/FGV, encontros de pesquisadores, divididos em cinco grupos de trabalho, que se reuniam em diferentes locais, cada um com sua agenda própria⁷. Além de secretariar o projeto como um todo, engajei-me no grupo de Movimentos Sociais (assim como Ana Motta). A grande maioria dos participantes do grupo eram pesquisadores que estavam fazendo mestrado, de

⁷ Eram cinco grupos de trabalho: *Agricultura na Amazônia*; *Pequena Produção*; *Grande produção*; *Estado e Agricultura*; e *Movimentos sociais*.

diferentes locais do país, pesquisando um tema ainda pouco explorado⁸. Havia ainda alguns já titulados, como é o caso de Lygia Sigaud, na época já uma reconhecida pesquisadora.

Começava a se constituir um campo de estudos sobre os movimentos sociais rurais no Brasil que envolvia principalmente entender o que havia se passado no período que antecedeu o golpe de 1964 e buscar tanto chaves teóricas para sua interpretação quanto fontes para o aprofundamento de seu conhecimento⁹.

Em 1981, duas instituições da FGV que ofereciam cursos de pós-graduação foram fechadas ou ameaçadas de fechamento: o Instituto Superior de Estudos Avançados em Educação (Iesae) e o CPDA. No caso do CPDA, iniciou-se uma negociação com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) que aceitou em bloco professores e funcionários e assumiu o compromisso de titular os alunos que já haviam concluído ou estavam concluindo suas dissertações. No início de 1982, nos transferimos formalmente para a UFRRJ, passando a fazer parte de um Departamento que não tinha graduação própria e abrigava profissionais de formação bastante distinta (Extensão Rural, Direito, Artes, Letras), que davam aulas nos cursos de Agronomia, Veterinária, Licenciatura em Ciências Agrícolas, entre outros. Em 1983 nos mudamos para Seropédica, sede do campus universitário. No início desse mesmo ano defendi minha dissertação de mestrado (Medeiros, 1983).

No CPDA, nesse momento, criamos um grupo de estudos sobre Movimentos Sociais no Campo, com apoio da Fundação Ford. Fazíamos encontros regulares para discussão sobre conjuntura, dos quais participavam Candido Grzybowski e Regina Bruno, ambos professores do CPDA, e professores de outras instituições como Regina Novaes, José Roberto Novaes, Neide Esterci, e diversos estudantes de mestrado, entre eles, Ana Motta. Esses diversos pertencimentos institucionais e as formações acadêmicas distintas (sociologia, antropologia, economia) ampliavam o alcance de nossos debates, marcados por buscas teóricas, metodológicas e esforços de conhecer os temas de forma empírica. Tratava-se de entender as mudanças que se operavam na organização dos trabalhadores em diversos pontos do Brasil.

⁸ Entre eles destaco Ana Maria Motta Ribeiro (RJ), Bernardeth Awed (PB), Dalcly Cruz (RN), Elide Rugai Bastos (SP), Fernando Azevedo (PE), Gisélia Potengy, José Arlindo Soares (PE), Regina Novaes (PB), Vera Chaia (SP), entre outros. Como se pode observar, predominavam quatro polos: no Nordeste, os estudantes e professores da UFPB e UFPE. No Sudeste, os de São Paulo (USP e PUC) e os do Rio de Janeiro (CPDA/FGV e PPGAS/MN/UFRRJ).

⁹ Enfatizo o tema dos movimentos sociais por ser o tema deste artigo, mas do Pipsa participaram, nos diferentes grupos, pesquisadores que estavam se tornando referência nos debates nacionais: Afranio Gracia Jr., Alfredo Wagner Almeida, Aspásia Camargo, Beatriz Heredia, Delma Pessanha Neves, John Wilkinson, Maria Nazareth Wanderley, Sonia Bergamasco entre muitos outros.

Entre esses esforços, dou destaque a dois encontros que fizemos e para os quais chamamos dirigentes sindicais de diferentes lugares do Brasil, para narrar suas trajetórias de luta e discutí-las conosco. Assim, pudemos conhecer os conflitos por terra em Paraty, litoral sul do Rio de Janeiro, e em Itaboraí, no mesmo estado; as lutas por previdência que se desenvolviam no sul do país; a luta dos sindicalistas da oposição sindical de Santarém no Pará; as demandas dos pequenos agricultores do Espírito Santo; as lutas por terra em Ronda Alta; as reivindicações dos produtores de uva no Rio Grande do Sul; lutas contra barragens no Sul e no Nordeste e lutas de assalariados em São Paulo¹⁰. Esses esforços conjuntos de reflexão eram indicadores de um trânsito entre o debate acadêmico e os movimentos sociais e/ou as organizações sindicais e de um esforço para entender as diferentes dimensões dos conflitos sociais no campo.

Neste momento os conflitos no Rio de Janeiro se intensificavam (bem como em todo o país) e uma parte do grupo tinha interesse em se aprofundar no tema. Desde minha chegada ao CPDA, eu visitava as áreas rurais do estado, marcadas por conflitos, acompanhada pelo presidente da Fetag/RJ, Eraldo Lírio de Azevedo, que eu havia conhecido em Botucatu e que me abria portas para visitar diferentes regiões. Também pude conhecer antigas lideranças dos anos 1950/60. Fui a áreas marcadas por intensas lutas por terra, originárias na construção da estrada Rio-Santos¹¹, que cortou o litoral sul do estado; ocupações de terra, como a da antiga fazenda São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu, em final de 1979; áreas de lutas de posseiros em Duque de Caxias e Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense e em Cabo Frio e São Pedro da Aldeia, algumas das quais resultaram no seu reconhecimento como comunidade quilombola nos anos 1990/2000. Também tive contato com os conflitos salariais em Campos, que se tornaram objeto da dissertação de mestrado de Ana Motta (Ribeiro, 1987). Começamos, enquanto grupo, um exercício de pesquisa mais sistemático sobre o Rio de Janeiro, que se desdobrou em diversos estudos ao longo destas quatro décadas.

Havia uma outra dimensão desse processo de construção de questões de pesquisa: a emergência de organizações não governamentais (ONGs) que se constituíram como espaços de reflexão e de intervenção no mundo rural. No caso do Rio de Janeiro, ganhavam destaque a

¹⁰ Foram convidados para o primeiro seminário, realizado em 1983, Antônio Crispim da Cruz (SP), Carlos Karlinski (RS), Jonas Chequeto (ES), Luiz Antônio Chaves, Raimundo Leoni dos Santos (RJ) e Valdevino Cláudio dos Remédios (RJ). Para o segundo, realizado em 1984, João Fernando Silvestrin e Saul Barbosa (ambos do RS), Ranulfo Peloso (PA), Boaventura de Ibotirama (BA).

¹¹ Alguns desses conflitos resultaram, anos mais tarde, no reconhecimento de algumas dessas comunidades ameaçadas de expulsão como quilombolas (Campinho, em Paraty e Bracuí, em Angra dos Reis).

Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) que tinha um trabalho de educação popular em vários pontos do país, inclusive na Baixada Fluminense, e promovia vários debates, sendo um dos temas a reforma agrária, assim como o Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas)¹². Outro polo de discussão era o Cedi (Centro Ecumênico de Documentação e Informação), constituído por vários grupos, chamados de “programas”, entre eles o “Programa Movimento Camponês e Igrejas” (coordenado por Neide Esterçi), que se aproximou dos sindicalistas rurais que estavam articulados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e que se opunham às diretrizes da Contag¹³. No Cedi, fazíamos reuniões regulares com debates intensos sobre as diferentes faces dos movimentos sociais e acompanhamos a criação do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais (DNTR/CUT), em alguns momentos contribuindo com os seus debates internos.

Narrando esses processos, vivenciados por muitos pesquisadores, de formação disciplinar distinta (sociologia, antropologia, história, economia) em seus locais de ensino e pesquisa, estou querendo chamar atenção para o fato de que os estudos sobre movimentos sociais rurais no Brasil se constituíram, para além da sua face acadêmica, também nessas trocas que aproximavam movimentos, assessoria e pesquisa, marcados por toda uma gradação de envolvimento, possíveis em uma conjuntura muito particular: um momento da abertura política, de emergência de movimentos sociais envolvendo diferentes segmentos, de debates em torno das potencialidades da chamada Nova República e da Assembleia Nacional Constituinte e das expectativas de mudança que esses tempos traziam. Tempo da criação das escolas sindicais, a maior parte delas com espaço para discussão dos temas que mobilizavam os trabalhadores rurais e debates em diálogo com o conhecimento que era produzido nos espaços acadêmicos. Desnecessário destacar o quanto esse processo se constituía em espaço de aprendizado a partir das experiências que eram trazidas pelos trabalhadores e suas lideranças.

Nesse momento, a imagem dominante no Brasil era ainda a do rural atrasado, mesmo entre sindicalistas urbanos. Exigia um enorme esforço mostrar a importância do sindicalismo rural, indicada não só quantitativamente (no primeiro congresso da CUT, um terço dos participantes eram rurais), mas pelas questões substanciais que traziam: a diversidade de formas

¹² O Ibase liderou na época da Assembleia Nacional Constituinte um grande movimento de participação popular, com um abaixo assinado em defesa da reforma agrária, que colheu mais de um milhão de assinaturas.

¹³ Já então tinha destaque o Programa Povos Indígenas do Brasil que, com o fim do Cedi, transformou-se no Instituto Sócio Ambiental (ISA), referência na pesquisa e defesa dos povos indígenas do Brasil.

e demandas contidas nas lutas por terra; as particularidades das lutas salariais; a progressiva presença de “pequenos agricultores”, demandando melhores condições de comercialização da produção, políticas de crédito voltadas para suas necessidades e reformulação da previdência social rural; a emergente presença das mulheres trabalhadoras, exigindo direitos sociais e maior inserção no mundo sindical etc. Essas presenças e temas colocavam em xeque uma leitura de esquerda ainda muito baseada na concepção de uma abstrata aliança operária-camponesa e de um camponês também abstrato.

As lutas no campo ocorriam em diferentes frentes: salariais e por direitos trabalhistas; por terra, tentando garantir a permanência dos trabalhadores em espaços há muito por eles ocupados sob a forma de posse em algumas áreas; em outras, por meio das ocupações, tentando recuperar uma terra para o trabalho; em outros ainda mobilizações contra grandes obras, em especial hidrelétricas que retiravam trabalhadores de suas terras. Todas convergindo para a demanda por reforma agrária, uma bandeira por muitos considerada superada, dada a consolidação de uma agricultura, modernizada, tecnologicamente de ponta e principalmente voltada à exportação.

Não por acaso, desde meados dos anos 1970 e anos 1980, os estudos rurais, em especial os gerados na antropologia e na sociologia, se voltaram para entender o que é essa figura que, seguindo a categorização do sindicalismo, chamávamos de “pequeno produtor”. Tratava-se, a partir de pesquisas, de problematizar a importação do modelo de camponês europeu e quebrar estigmas que pesavam sobre o “rural”. Quem estudava as lutas no campo percebia que elas estavam anunciando outras possibilidades, com graus maiores ou menores de sucesso. Estavam apontando uma reconfiguração da questão agrária, que já não podia ser lida nos termos que marcaram o debate nos anos que antecederam o golpe empresarial militar. Se, por um lado, se mantinha viva a bandeira “terra para quem nela trabalha”, por outro, o que era considerado latifúndio passava por transformações rápidas e intensas, não só pela modernização tecnológica, mas também pelos novos sujeitos que emergiam no campo, com investimentos de volumosos capitais dos setores financeiros, industrial e de serviços na compra de terras (Delgado, 1985), mas também com o progressivo fortalecimento de um novo empresariado, originário da capitalização de segmentos bem sucedidos, do ponto de vista econômico, dos “colonos do sul”.

Ao mesmo tempo, as ocupações de terra que se iniciaram nos anos 1980 e se intensificaram nas duas décadas seguintes prenunciavam grandes mudanças. Eram trabalhadores, de diferentes matizes, que foram expulsos da terra e que estavam demandando

ENCONTROS COM A SOCIOLOGIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS

retorno a ela, por meio de acampamentos e ocupações. Esses novos personagens, em especial os do sul do país, eram, em grande medida, filhos de pequenos produtores que foram perdendo a terra, muitas vezes por dívidas com bancos. Produtores que tentaram se modernizar e se endividaram, sendo obrigados a vender suas terras para pagar empréstimos bancários. Uma parte desses pequenos agricultores acabou migrando para o Mato Grosso, Goiás para projetos de colonização, ainda nos anos 1970, em busca da possibilidade de ter terra. Alguns tiveram sucesso, outros fracassaram e retornaram aos locais de origem (Tavares dos Santos, 1994) e acabaram engrossando as ocupações. Mas as ocupações foram muito mais abrangentes e o perfil dos que ocupavam terra era bastante diferenciado. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, já em final de 1979 e início dos anos 1980, há uma ocupação de terra, em Cachoeira de Macacu numa área disputada desde o início dos anos 1960 e que já havia sido ocupada duas vezes antes do golpe, desapropriada pelo governo Goulart e devolvida, aos antigos proprietários, logo após. Trata-se de uma ocupação apoiada pela Pastoral da Terra, feita à revelia do sindicato dos trabalhadores rurais do município (Brito, 2018). Acabou sendo novamente desapropriada em 1981, ainda durante a ditadura militar, gerando um assentamento com cerca de 600 famílias da localidade. Da mesma forma, na Baixada Fluminense, as ocupações, em especial em Nova Iguaçu, trouxeram para a cena trabalhadores já de há muito expulsos da terra pela especulação imobiliária, oriundos quer da própria região, do norte do estado ou mesmo de Minas Gerais e que viam a possibilidade de acesso à terra como caminho para garantir moradia, espaço para plantio, mas que não se afastavam da possibilidade de combinar essas atividades com trabalho urbano.

Da mesma forma, ainda pensando do estado do Rio de Janeiro, trabalhadores de usina passaram a reivindicar terra. Em 1987, as terras de uma usina falida (Novo Horizonte) transformaram-se em assentamento a partir da pressão sindical (Neves, 1997). Esse mesmo caminho será o dos trabalhadores das usinas campistas, nos anos 1990. Também no Nordeste, em especial em Pernambuco, a demanda por terra e as ocupações de usinas falidas se multiplicavam (Rosa, 2011).

Paralelamente se acirrava a luta de posseiros, em especial na Amazônia Legal, mas não só nela, produto dos processos de expropriação gerados pela expansão das empresas voltadas à criação de gado e plantação de soja. Também ganhavam visibilidade as lutas dos seringueiros para manter seu modo de vida, a partir da exploração da floresta, lutando contra o

ENCONTROS COM A SOCIOLOGIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS

desmatamento, bem como a dos caíçarás, em áreas litorâneas, afetadas em especial pelos grandes empreendimentos turísticos.

Todos esses temas iam se tornando objetos da reflexão acadêmica, gerando um grande volume de dissertações de mestrado e teses de doutorado que, de alguma forma, colocavam os pesquisadores em contato com esse universo diversificado. Assim, foi se exercitando um modo de produzir conhecimento que estava na academia, seguia suas regras, mas que se relacionava com os movimentos, aproximava-se deles e, nessa medida, conseguia perceber novas dimensões da ação coletiva. A trajetória de Ana Motta é bem ilustrativa a esse respeito: no processo de elaboração da sua dissertação sobre as lutas trabalhistas dos assalariados de Campos, acabou se aproximando do sindicato local, sendo convidada depois para a assessoria da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (Fetaemg), além de assessorias pontuais ao DNTR/CUT. No doutorado se aproximou dos que resistiam à construção de barragens no vale do São Francisco e ousou enfrentar um tema bastante delicado, o do plantio clandestino de maconha (Ribeiro, 2008). Meu trabalho mais conhecido, *História dos Movimentos Sociais no Campo* (Medeiros, 1989), também foi produzido nessa lógica: uma demanda da Fase para fazer um livro sobre o tema destinado a ser instrumento de formação de lideranças, com uma linguagem didática e ilustrações. Ana Motta também produziu um livro com esse teor, sobre reformas agrárias na América Latina (Ribeiro, 1994). É ainda o caso de José Roberto Novaes que começou a produzir filmes documentários como instrumento de formação¹⁴, de Regina Novaes e Neide Esterci nas discussões no Cedi, no DNTR/CUT e que se desdobraram em envolvimento com outros temas.

Muitas demandas partiam dos movimentos e nos faziam o tempo todo nos desafiar a repensar as categorias de análise com que trabalhávamos. Como exemplo, cito a iniciativa do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) de convocar um conjunto de acadêmicos a produzir uma *História Social do Campesinato no Brasil*. Tratava-se de analisar sua presença em diferentes lugares e momentos históricos. Num esforço intenso de reunião de reflexão e produção de adesões, o resultado desse trabalho foi a publicação de nove alentados volumes pela Editora da Unesp, com apoio do Nead/MDA, abarcando quatro séculos da presença camponesa na história brasileira. Com isso, reacendia-se o debate sobre o uso de categorias

¹⁴ Beto Novaes, como é conhecido, criou o Projeto Educação através de Imagens, como professor do Instituto de Economia da UFRJ. Seus documentários estão disponíveis em www.youtube.com/@FilmografiaBetoNovaes.

(camponês? agricultor familiar?), mostrando que, mais do que um exercício teórico, trata-se também de leituras políticas da formação de categorias identitárias e de construção de projetos.

Desde o final dos anos 1980, destaca-se ainda um outro momento da relação entre academia e movimentos sociais rurais: estes cada vez mais assumiram as rédeas de sua formação, criando espaços próprios para isso, gerando seus próprios quadros formados em universidades, ganhando uma certa autonomia nesse processo, criando seus próprios centros e escolas de formação. Como exemplo, o MST criou a Escola Florestan Fernandes, o MPA tem sua Escola de Memória, a Contag institucionalizou seu espaço próprio de formação, a Escola de Formação da Contag (Enfoc). Embora continuassem requisitando apoio de acadêmicos, as formações se interiorizaram mais.

3. Questões teóricas do debate

Nesse processo em que se constitui um campo de estudos sobre o rural e sobre os movimentos sociais, não tínhamos teorias prontas. Tínhamos um conhecimento empírico e muitas perguntas. Cada um de nós que investia nos temas ligados às diferentes formas de conflito no campo, teve uma formação muito particular a partir de determinadas correntes de pensamento e exercitamos muito esse debate. Fomos produzindo confluências em torno de diferentes vertentes teóricas que colocam a agência no centro da reflexão, o que representou uma ruptura com a leitura estruturalista do marxismo. Era o acompanhamento dos atores e das suas práticas o que nos movia.

Do ponto de vista da literatura internacional, são várias as vertentes teóricas dessa virada. Destaco aqui uma das que considero teve forte influência nos estudos dos movimentos sociais rurais: o grupo de historiadores ingleses, cuja produção começou a circular pelo Brasil já nos anos 1970, em especial, Eric Hobsbawm e principalmente Edward Palmer Thompson, cujo primeiro livro publicado em português fazia uma crítica demolidora à Althusser (Thompson, 1981). Em meados da década de 1980 são traduzidos os três volumes de *A formação da classe operária inglesa* (Thompson, 1987a), *Senhores e caçadores* (Thompson, 1987b) e, no final dos anos 1990, *Costumes em comum* (Thompson, 1998). Esse autor se tornou uma importante fonte de inspiração teórico-metodológica para os estudos dos movimentos sociais, na medida em que chamava a atenção para os processos, a historicidade, a criatividade e a diversidade da classe. Também é um momento em que o pensamento de Antonio Gramsci,

ENCONTROS COM A SOCIOLOGIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS

cuja influência começa a crescer no Brasil em meados dos 1970, ganha maior difusão. Não por acaso, no final dos anos 1990 são publicados os *Cadernos do cárcere*, em versão integral (Gramsci, 1999)¹⁵. Paralelamente, ganham expressão, em outra vertente teórica, os trabalhos de Pierre Bourdieu, enfatizando a dimensão relacional dos processos sociais (entre outros, Bourdieu, 1989). Esse autor chegava aos estudiosos dos movimentos sociais principalmente pelas reflexões de Moacir Palmeira, professor do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da UFRJ.

No caso do Brasil, tiveram papel muito importante nessa direção Eder Sader e Maria Célia Paoli, questionando a forma como a categoria classe era tratada na literatura (Paoli, 1987). No caso do Eder Sader, por exemplo, *Quando os novos personagens entram em cena* (Sader, 1988) é um exemplo de análise do processo de formação desses novos personagens, processo molecular que se dá ao longo dos anos 1960 e 1970. O autor mergulha nas vivências dos operários do ABC paulista, mostrando como se formaram aqueles operários, a partir de múltiplas matrizes discursivas, como ele denominava. Embora preocupados com a formação da classe operária, foram fontes inspiradoras para os que estavam estudando os processos sociais agrários. Ambos, além de influenciados pelos historiadores ingleses antes mencionados, também dialogavam com correntes do pensamento francês que se opunham à ortodoxia marxista.

Para além de temas específicos e do avanço do conhecimento sobre o meio rural, Lygia Sigaud tem uma interessante reflexão sobre o lugar dos estudos rurais num artigo intitulado *Para que serve conhecer o campo?*, onde mapeia temas e problemas e discute as dificuldades de reconhecimento dos estudiosos do rural (Sigaud, 1992). Segundo a autora, os que estudam o rural não são chamados a participar de bancas que não sejam sobre o rural, a fazer palestras teóricas etc. É como se os estudiosos do rural fossem incapacitados de falar sobre as grandes questões da teoria sociológica embora, cada vez mais as discussões sobre o rural incorporassem os debates que ocorrem nas ciências sociais como um todo, dialogando com diferentes correntes teóricas, e pautando a partir delas muitas de suas questões. De alguma forma, ele trazia para debate o reconhecimento acadêmico e teórico dos estudiosos do “rural”.

4. Novas questões e convergências

¹⁵ Até esse momento, Gramsci era lido por meio de coletâneas de textos, também publicadas pela Editora Civilização Brasileira.

Até meados dos anos 1980 foi muito pouco explorada por nós, que estudávamos as lutas no campo, as classes dominantes. Qual o seu perfil, suas práticas? Vínhamos de uma tradição de falar do “latifúndio”, sem maiores cuidados analíticos. Marco na reflexão foi a tese de Moacir Palmeira (Palmeira, 1971), mas não traduzida para o português e de difícil acesso¹⁶. No final dos anos 1980, num contexto de forte mobilização patronal contra a proposta de Plano de Reforma Agrária na Nova República, o tema obteve maior visibilidade e ganharam destaque os trabalhos de Regina Bruno, reunidos numa coletânea (Bruno, 1997), onde são discutidas as dimensões políticas das práticas do empresariado rural e de suas organizações. Eles inauguravam, no âmbito da sociologia, uma nova reflexão sobre esse segmento. Nesse momento também repercutiam nas análises sociológicas sobre o campo, o estudo também pioneiro de Guilherme Delgado sobre as transformações da agricultura brasileira nos anos 1970 e o surgimento de um novo perfil empresarial (Delgado, 1985). Cada vez mais impunha-se a necessidade de compreender a ação política do setor patronal/empresarial rural. Para além do peso político que o setor mostrou na Constituinte, ficavam evidenciadas alterações nas suas formas de representação política, o que deixava claras as diferenças internas do setor. Se a União Democrática Ruralista (UDR), que emergiu no combate às ocupações de terra em meados dos anos 1980 e marcou sua presença pela combinação do discurso de defesa da modernização com o recurso à violência, no início dos anos 1990 há uma virada, com a emergência de um discurso valorizando a produção moderna, a articulação com as agroindústrias e a produção de alimentos. Desse movimento surgiu a Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), mais tarde traduzida para agronegócio. Essa associação passou a afirmar a dimensão moderna e inovadora da agricultura empresarial e seu peso na economia brasileira, não assumindo o discurso sobre a violência. Teve seu lançamento no Congresso Nacional, quando foi ainda divulgado um livro por ela patrocinado, sobre segurança alimentar, que trouxe novamente à tona um debate que percorre até hoje as discussões sobre o rural¹⁷.

Com efeito, o debate sobre quem produz alimentos no Brasil caminha a lado com a valorização da categoria “agricultura familiar” desenvolvida em debates teóricos, nos processos

¹⁶ Uma síntese foi publicada nos *Anais do Seminário Revisão crítica da produção sociológica voltada para a agricultura* e republicada recentemente (Palmeira; Castro; Laguens, 2024.)

¹⁷ Entre os estudiosos do tema, além de Regina Bruno, é importante destacar a importância das pesquisas de Sônia Mendonça (2021) e, mais recentemente, Caio Pompeia Ribeiro Neto (Ribeiro Neto, 2021).

de intercâmbio de agricultores brasileiros e europeus, ganha força no sindicalismo rural ao longo da década de 1990, e torna-se uma categoria que delimita um setor que será objeto de políticas públicas específicas, o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf).

Como antes apontado, as redes de intercâmbio entre pesquisadores de diferentes temas foram importantes para construir caminhos teóricos e chaves empíricas para pensar o rural e, em especial, os movimentos sociais do campo, bem como para trazer novos pesquisadores para o tema. Desde os anos 1980 têm-se buscado ampliar esses intercâmbios. O Pipsa teve continuidade, ainda em meados dos anos 1980, sob coordenação de Sonia Bergamasco, na Faculdade de Ciências Agronômicas de Botucatu, com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). A necessidade de buscar novos financiamentos nos levou a criar uma associação de pesquisadores do Pipsa, que acabou não se viabilizando enquanto associação formal. Mas a ideia permanecia viva e um grupo de pesquisadores, entre os quais Sonia Bergamasco, Nazareth Wanderley, Vera Botta e eu mesma, continuamos apostando na reconstrução desse espaço, ao mesmo tempo em que se buscava garantir a discussão de temas relacionados ao rural nas reuniões da Anpocs, com a criação de um grupo específico, nos congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia que renasceu nessa década, bem como garantir a presença brasileira em organizações latino-americanas, como a Associação Latino-americana de Sociologia Rural (Alasru) e na International Rural Sociological Association, que realizou seu X Congresso no Rio de Janeiro, em 2000.

Foi desses investimentos que surgiu a Rede de Estudos Rurais, fundada em 2006, integrando também professores do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), em especial Márcia Motta. Para essa criação foi importante o envolvimento de Ana Motta. Essa rede está ativa, tem realizado encontros a cada dois anos e mantém o espírito de abrir espaço para pesquisadores jovens, de diferentes formações disciplinares.

Paralelamente a este esforço de buscar novos caminhos para pensar as questões relacionadas em especial aos movimentos sociais rurais, destaco um outro, que tem a ver diretamente com nossas dificuldades de fazer pesquisa: refiro-me a esforços de constituição de acervos documentais sobre o mundo do trabalho no campo, os conflitos neles presentes etc.

Regra geral, os documentos estão dispersos, não tratados, mal conservados. Nesse esforço de trabalhar a trajetória dos movimentos sociais no campo, o desafio é construir e disponibilizar acervos, o que não é simples, pois envolve um enorme investimento tanto de natureza metodológica quanto de recursos. Tomo como exemplo o caso da Fetag/RJ, cuja

ENCONTROS COM A SOCIOLOGIA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS

documentação estava bastante deteriorada, guardada num local úmido. Foi um enorme esforço limpar e fazer uma primeira classificação dessa documentação. Conseguimos digitalizar e disponibilizar esse material para consulta na página do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo do CPDA/UFRRJ. Esse Núcleo de Documentação foi criado em 1997, juntando documentos vários, provenientes de pesquisas que fizemos em diferentes momentos. Trata-se tanto de documentos como panfletos, resultados de encontros e congressos etc, mas também entrevistas com lideranças nacionais e locais, com trabalhadores comuns, advogados e assessores¹⁸. Investimentos desse tipo estavam sendo feitos em diferentes locais, como condição para preservar materiais de pesquisa, mas também de produzir acervos para pesquisas futuras. É o caso do Observatório Fundiário Fluminense (OBFF), coordenado pela Ana Motta, do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (Amorj/UFRJ), coordenado pela Elina Pessanha e, hoje, com maior fôlego, o projeto Memória dos Movimentos Sociais (Memov/UFRJ), coordenado pelo José Sergio Leite Lopes¹⁹. Fica a questão do que tem significado esse esforço que vai se fazendo com a dificuldade de apoios financeiros e institucionais. É um trabalho hercúleo de produção de memória, de tirar do limbo histórias que nos ajudam a desvendar as dinâmicas das lutas no campo e nos impõem interpelar teorias e questões consideradas estabelecidas²⁰.

Um outro desdobramento das articulações entre pesquisadores que vêm se dedicando ao tema dos movimentos sociais rurais foi a constituição da Comissão Camponesa da Verdade (CCV). Esse grupo, composto por pesquisadores de diversas áreas de conhecimento, surgiu em 2012, no Encontro dos Povos da Terra, das Águas e da Floresta. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) tinha sido recém instalada e achou-se importante agregar pesquisadores e lideranças de forma a contribuir com ela na direção de esclarecer as violações de direitos no campo. Ao longo do processo, a CCV acabou por produzir outros caminhos para o entendimento das relações camponeses e ditadura. A CNV privilegiava a repressão sobre as organizações de esquerda e, desse ponto de vista, dava relevo às iniciativas de resistência

¹⁸ Para conhecer o acervo, ver <https://nmspp.net.br/>.

¹⁹ Há experiências mais antigas e ambiciosas e que se constituem em exemplos a seguir pelos pequenos acervos, mas que se volta, sobretudo, para temas ligados ao trabalho operário. É o caso do Arquivo Edgard Leuenroth, abrigado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

²⁰ Há ainda um esforço de produção de dados, como é o caso da Comissão Pastoral da Terra que, desde 1985, publica a sistematização de seus registros sobre violência no campo, refinando cada vez mais sua metodologia e convidando especialistas acadêmicos, regra geral, para analisar os resultados e assim criar condições para que se tornem públicos e não apenas como números. Para uma visão ampla do trabalho da CPT, ver <https://cptnacional.org.br/>.

armada, com especial ênfase na guerrilha do Araguaia. A CCV enfatizava a extensão e diversidade da resistência camponesa, nas suas formas locais e pulverizadas. Findas as atividades da CNV, publicado seu relatório, a CCV também publicou um relato detalhado de suas atividades (Comissão Camponesa da Verdade, 2015) e continuou ativa, com diversos membros buscando financiamento para continuar a pesquisa sobre as relações da ditadura e os camponeses. No caso do Rio de Janeiro, foi possível um financiamento da Faperj, em apoio ao trabalho da Comissão Estadual da Verdade (CEV/RJ), para pesquisar os conflitos no campo do estado. O trabalho foi por mim coordenado, envolveu um grupo grande de pesquisadores e teve seus resultados publicados (Medeiros, 2018). Atualmente a CCV tem se rearticulado para pesquisas as relações entre empresas e ditadura, dando ênfase à violação de direitos humanos por elas produzidas no campo.

Todas essas convergências ocorrem num momento em que a academia tende a nos isolar, a cobrar produtividade, principalmente configurada por índices quantitativos²¹. Por outro lado, cada vez mais somos instados a realizar trabalhos de extensão, que levem os frutos de nosso trabalho para públicos mais amplos e que podem facilitar os encontros da reflexão que fazemos sobre o campo com aqueles para os quais nossas pesquisas se voltam.

Considerações finais

Este artigo foi escrito como parte de um dossiê que homenageia a carreira da Ana Motta, que acompanho desde 1979, na qualidade de professora, orientadora, colega de pesquisa e grande amiga. Ao longo desses anos, nos somamos em alguns trabalhos, divergimos, trocamos muitas informações e reflexões.

Procurei fazer uma síntese de alguns temas e relações que, longe de serem exaustivas, refletem caminhos percorridos e indicações sobre a constituição de um campo de pesquisa pelo olhar de uma pesquisadora que vem participando ativamente desse processo. Certamente muitos

²¹ Não se trata de criticar a exigência de produção em si, uma vez que a pesquisa acaba quando tornamos públicos os seus resultados. No entanto, o peso no quantitativo dificulta, muitas vezes, a reflexão mais profunda e sólida, que exige tempo para amadurecimento.

aspectos e temas foram deixados de lado, alguns nomes esquecidos. Procurei demarcar algumas linhas e caminhos por onde Ana Motta e eu circulamos e trocamos reflexões.

Mas ainda há caminhos que apenas se iniciam... Um deles vem de um interesse antigo tanto meu quanto de Ana Motta sobre os usos do direito. Fui instigada a isso quer a partir dos estudos sobre o sindicalismo rural, de situações locais, sempre tendo o Rio de Janeiro como foco, quer analisando a atuação da Contag, que ao longo de sua trajetória, mas em especial nos anos 1970/80 usou a lei como instrumento de educação, de mobilização e de organização dos trabalhadores. O que a mobilização da lei permite enquanto possibilidades de ação? A questão surgiu da constatação do esforço das organizações sindicais de fortalecer as assessorias jurídicas e envolver-se no esforço de destrinchar textos legais, tanto da legislação trabalhista como da legislação agrária. Importante lembrar que todo o esforço de cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e as demandas por desapropriação de terras que ocorreram no país, relacionam-se, para além da pressão por meio de mobilizações, como é o caso das ocupações, com a construção de uma argumentação legal. Com essas preocupações, Ana, agora mergulhada numa pós-graduação em Sociologia e Direito, e eu estamos renovando a antiga parceria.

Referências

BOURDIEU, Pierre. A ilusão Biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 183-192.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 316 p.

BRITO, Ricardo Braga. **“Luta-se pela terra livre”**: Resistência e luta pela terra em Cachoeiras de Macacu. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018. 227 p.

BRUNO, Regina. **Senhores da Terra, senhores da guerra** (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil). Rio de Janeiro: Forense Universitária e Editora da UFRRJ, 1997.

COMISSÃO CAMPONESA DA VERDADE. **Relatório final**: violações de direitos no campo, 1946-1988. Brasília: Decanato de Extensão UnB e Senado Federal, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, 2015. 638 p.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1985. 232 p.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978. 286 p.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **A questão da reforma agrária no Brasil: 1955-1964**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983. 154p.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989. 215 p.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Percursos acadêmicos e envolvimento profissionais. Dimensões da questão agrária brasileira através de uma biografia. In: KATO, Karina Yoshie Martins; MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Orgs). **Memórias e Trajetórias Acadêmicas: o rural como objeto de reflexão e de vida**. Seropédica: Editora da UFRRJ, 2023. p. 132-318.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. 672 p.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **O patronato rural no Brasil recente**. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 2010. 300 p.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas**. Niterói: Editora da UFF, 1997, 436 p.

PALMEIRA, Moacir G. S. **Latifundium et capitalismo: lecture critique d'un débat**. Tese (Doutorado), Université de Paris, 1971.

PALMEIRA, Moacir G. S; CASTRO, Elisa Guaraná de; LAGUENS, João Vicente Marques. **Uma etnografia retrospectiva**. Escritos de Moacir Palmeira. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2024. p. 45-58.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. In: LEITE LOPES, José Sérgio (Org). **Cultura e identidade operária**. São Paulo: Marco Zero, 1987. p. 53-102.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O messianismo no Brasil e no mundo**. São Paulo: Dominus Editora, 1965. 374p.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. **Passeio de beija-flor: um estudo da ação sindical em Campos, Estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Agricultura), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1987. 411 p.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. **O terror e o tigre: Peru, Chile e as reformas agrárias na América Latina**. Rio de Janeiro: Fase, 1994.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. **O polo sindical do Submédio São Francisco**: das lutas por reassentamento à incorporação do cultivo de maconha. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), UFRRJ, 2008. 239 f.

RIBEIRO NETO, Caio Pompeia. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Editora Elefante, 2021. 392 p.

ROSA, Marcelo de Carvalho. **Engenho dos movimentos sociais**: reforma agrária e significação na zona canavieira de Pernambuco. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. 229 p.

SADER, Eder. **Quando os novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

SIGAUD, Lygia. Para que serve conhecer o campo. In: MICELI, Sérgio. (Org.). **Temas e problemas da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Idesp; Rio de Janeiro: Editora Sumaré, 1992. p. 282-295.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Os “Retornados”: Gaúchos que voltaram da Amazônia. **Travessia: Revista do Imigrante**, São Paulo, v. 7, n. 19, p. 26-29, 1994.

THOMPSON, Edward. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1981. 232 p.

THOMPSON, Edward. P. **A formação da classe operária inglesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987a. (3 vols.).

THOMPSON, Edward. P. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b. 432 p.

THOMPSON, Edward. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.



Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.